



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XII - Nº 269 - DE 2 A 13 DE OUTUBRO DE 2003 - R\$1,50

## **Retrato do governo do PT/Lula:**

**4,9 bilhões às Distribuidoras de Energia Elétrica,  
cortes nos programas sociais e no Fome Zero;  
Dezenas de presos políticos e mortos do MST,  
manutenção da criminalização das ocupações;  
Reformas antinacionais e antipopulares,  
600 mil demissões e vem mais por aí.**

**A resposta dos trabalhadores deve ser:  
Combate a todas as reformas neoliberais!  
Defesa das ocupações e dos sem-terra,  
exigir a libertação dos presos políticos!  
Organizar as assembléias e as greves,  
ocupações e manifestações em  
defesa do salário e do emprego**

**Rondônia: a luta dos estudantes pelo passe-livre  
e a construção da Corrente Proletária Estudantil**

## Quinzena de Lutas

### **Petroquímicos e químicos foram impedidos de fazer mobilizações na Bahia pela Justiça**

No último dia 12 de setembro, a Primeira Vara Cível de Camaçari concedeu liminar, proibindo as mobilizações e condenando o Sindicato do Ramo Químico/Petroleiro (BA) a pagar R\$ 20 mil reais, por dia, caso não cumpra a decisão da justiça.

Em campanha salarial, desde agosto, a categoria está em estado de greve e isso já tinha sido publicado e encaminhado ao sindicato patronal. Durante as rodadas de negociação, o patronato não avançou nas reivindicações dos trabalhadores e, em setembro, anunciou que não iria sentar mais na mesa. A categoria rejeitou a proposta patronal e as mobilizações vinham aumentando a cada dia. Nas semanas que antecederam à publicação da liminar, os trabalhadores de várias fábricas petroquímicas como Braskem, Acrinor, Air Product, Isopol, Deten, Metanor, Basf, Estireno, Monsanto, Metanol, Copenor, Ciquino, QCN, Ucar, Dow Química, Tequimar, Brasterminais, Union Carbide, Metacril, Acrinor, Air Product, e IPC paralisaram suas atividades. Estes movimentos buscavam a abertura das negociações com o patrão, além de denunciar a perseguição que os trabalhadores estavam sofrendo nas fábricas, com o grupo Odebrecht liderando as denúncias.

Aqui vemos claramente para que serve a justiça burguesa impedir a livre expressão dos trabalhadores. Fora com a Justiça! Liberdade de Organização! Organizar a Luta Independente!

### **Trabalhadores da esquerda dos EUA debatem organização**

Dirigentes, ativistas, organizações sindicais e políticas norte-americanas reuniram-se dias 12, 13 e 14 de setembro, em Detroit, EUA, para debaterem os rumos do movimento de esquerda no país. A conferência foi patrocinada pelo Labor Notes, jornal mantido por organizações políticas da esquerda norte-americana. Os cerca de 800 conferencistas debateram

também a organização dos trabalhadores, a luta dos imigrantes nos EUA e a globalização, entre outros temas.

No sábado, 13, os participantes da conferência realizaram um protesto em frente a Ford de Detroit pela renovação do contrato coletivo com a empresa, que insiste não renová-lo, e contra a reunião da OMC. O ato reuniu cerca de 350 pessoas. Paulo Cayres falou em nome dos trabalhadores da CUT e da Ford apoiando a luta dos trabalhadores americanos.

### **Metalcred a bolada da vez**

Nos gloriosos anos de luta da categoria dos Metalúrgicos do ABC, final dos anos 70 início dos anos 80, surgiu a idéia da criação do fundo de greve, um importante instrumento para a luta dos trabalhadores, principalmente depois da experiência sofrida com a intervenção do sindicato. Mas agora, decorridos mais de 20 anos a burocratização do sindicato chegou a um nível tão grande, que a atual direção se nega a realizar a mais simples luta contra a manutenção do emprego. Um problema que afetaram até eles.

Pois é, sem sócios e mesmo sem trabalhadores nas bases como poderemos nos manter? A resposta é simples utilizar o dinheiro da categoria para lucrarmos em cima. Para isto criaram a Metalcred (Cooperativa de Crédito dos Metalúrgicos do ABC), ligada ao sindicato, criada há pouco mais um mês.

A Metalcred, que espera atingir 5 mil associados sabe que o retorno dos empréstimos é líquido e certo, só oferece os financiamentos a sindicalizados e o desconto cai direto na folha, o risco de inadimplência é praticamente zero, e se a pessoa é desligada da empresa, pelo contrato coletivo firmado, há o desconto do financiamento sobre as verbas rescisórias

Realmente é uma boa idéia para não terem que se preocuparem com as demissões dos trabalhadores.

### **Volks tira parte de carros do pátio**

A Volkswagen Anúieta promoveu no fim de semana anterior ao anúncio do

PDV (13 e 14/09) uma retirada de veículos acabados do pátio da montadora. Além dos veículos a montadora retirou da planta quatro carretas com bobinas de aço e peças de ferramentaria. Esse material foi levado para a empresa Ferrolene, localizada na Mooca, em São Paulo. Esta retirada não é considerada normal e pode significar mudanças na planta do Grande ABC, como a terceirização de alguma área.

### **Trabalhador se arrepende de ter entrado no PDV**

Nos últimos cinco anos a política de aceitar os PDVs da diretoria do Sindicato dos metalúrgicos do ABC tem acarretado em quebra de postos de trabalho. Foi assim que o número de funcionários na fábrica de São Bernardo, por exemplo, caiu de 22 mil para os atuais 14.600, uma diminuição de 7.400 postos de trabalho.

Áderir a um PDV às vezes parece tentador, mas também pode ser uma ilusão. É o que pensa o ex-funcionário da Volks João Rodrigues Monção, de 39 anos. Ele saiu em janeiro de 2000, após 14 anos e meio. "Sair de uma grande empresa hoje, sem ter aposentadoria, é complicado", afirma.

Na época, pareceu a melhor opção, diante das mudanças na fábrica e de alguns problemas de saúde. "Eu tinha um sonho de ir embora para o interior", recorda Monção. Ele comprou uma chácara em Tupi Paulista, perto de Mato Grosso. Comprou também algumas vacas, e durante um ano e três meses foi fornecedor de laticínios.

Nesse período, o seu rendimento mensal — somado ao do aluguel de um imóvel — chegou no máximo a R\$ 800, metade do que recebia na fábrica.

João soube da pior maneira que o que parecia uma bolada para o trabalhador, não passa de migalhas. "Eu precisaria ter mais capital", diz. Ele acabou voltando para São Paulo, apesar de a família — mulher e dois filhos — ter se adaptado bem à vida no interior. Hoje, Monção trabalha em uma cooperativa que presta serviços no setor de construção civil.

## **Centro do Rio de Janeiro vira praça de guerra**

O centro da cidade do Rio de Janeiro viveu na sexta-feira dia 19/09 mais uma batalha na guerra diária entre guardas municipais e camelôs, que usaram paus, pedras, morteiros e até caixotes de madeira como armas. Sete pessoas ficaram levemente feridas e três ambulantes foram detidos.

Na esquina da avenida Rio Branco com a rua 7 de Setembro, por volta de 12h30, um camelô foi preso. Em resposta, três guardas municipais foram ataca-

dos por cerca de 30 camelôs. Duas horas depois dezenas de camelôs, concentrados no Largo da Carioca para protestar contra a repressão da Prefeitura, voltaram a se enfrentar com os guardas municipais.

O problema se dá por existirem cerca de cinco mil ambulantes no Centro, mas apenas dois mil são cadastrados pela Prefeitura. A falta de empregos tem levado as famílias a tentarem a sorte como camelôs. E a Prefeitura responde com a truculência da Guarda Municipal. Os companheiros devem se organizar contra a violência da prefeitura organizan-

do sua auto-defesa.

## **Sem-terra ocupam sede do Incra em Recife**

Cerca de 200 trabalhadores rurais sem terra no dia 22/09 acamparam na sede do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) em Recife. Ligados à Organização de Luta do Campo (OLC) e ao Movimento Luta Terra e Trabalho (MLT), os grupos pedem a vistoria em 62 áreas reivindicadas para fins de reforma agrária.

# **Governo do PT/Lula cortou investimentos e gastos sociais; mas para as distribuidoras de energia elétrica, dará 4,9 bilhões de reais**

O governo anunciou na segunda quinzena de setembro uma ajuda de R\$ 4,9 bilhões às distribuidoras de energia elétrica. Serão 3 bilhões na capitalização dessas empresas e mais 1,9 bilhões como compensação pelo não repasse dos chamados custos não-gerenciáveis. O fato é que as distribuidoras (Eletropaulo, Light, Escelsa, Cerj, Coelce, Coelba, Cosern, Celpe e Cataguases) davam sinais de um endividamento que poderia colocar em risco todo o setor e, ainda mais, as geradoras. São as distribuidoras que recebem o pagamento das contas dos consumidores e depois pagam às geradoras.

A privatização do setor elétrico foi feita com uma série de medidas que visavam a tornar tais negócios atrativos ao capital financeiro. A demissão e reestruturação produtiva, a elevação das tarifas e modernização do faturamento deixaram as ex-estatais rentáveis e prontas para a exploração capitalista. O monopólio e as possibi-

lidades de altos ganhos tornaram a privatização um excelente negócio. Tudo isso às custas das milhares de demissões e cortes de direitos trabalhistas dos funcionários, entrega do patrimônio público a preço de banana e elevação brutal das taxas aos assalariados.

Veio a crise no setor com o apagão de 2001. A crise econômica não tornava o investimento na geração de energia algo rentável. O investimento no mercado financeiro tem sido altamente rentável e num curto prazo. O volume de investimento para a geração de energia dependia de grandes grupos capitalistas deixarem de ganhar no mercado financeiro para construir hidrelétricas que darão lucro em no mínimo dez anos. O Estado endividado e comprometido com o sustento do parasitismo financeiro vem cortando gastos até em serviços sociais públicos mais básicos.

As distribuidoras foram beneficiadas ainda com mais elevação de tari-

fas e o imposto obrigatório do apagão. Ainda assim, apresentam balanços que mostram a possibilidade de entrar em inadimplência dentro de poucas semanas. Resultado da queda do consumo e da administração privada.

A atitude do governo do PT/Lula é mais uma prova de que se constitui um instrumento dos capitalistas em benefício próprio. A ajuda de quase 5 bilhões de reais quando se cortam gastos em quase todos os ministérios, quando a economia mostra-se recessiva e tem suas tendências de refluxo acentuadas pelo não-investimento público é uma demonstração clara disso.

O governo do PT/Lula vai mostrando a cada passo que cumprirá seus compromissos assumidos com o imperialismo, o capital financeiro e a grande burguesia nacional. Por outro lado, também prova que as promessas feitas aos assalariados não passaram de engodo eleitoral.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# Como superar a crise de direção

O PSTU lançou um manifesto com o seguinte chamado: 'Precisamos de um novo partido socialista que unifique a esquerda brasileira'. Faz críticas ao PT e ao governo Lula por se integrarem à ordem capitalista e implantarem reformas pró-imperialistas. Mostra também que há uma tendência de luta das massas oprimidas. Conclui assim: 'O desafio da esquerda socialista neste momento, portanto, é construir uma nova direção política capaz de preparar conscientemente esse processo de mobilização de conduzir essas lutas sociais com o objetivo de realizar uma transformação socialista em nosso país.'

Chama a atenção logo de início a formulação de que é preciso constituir uma nova direção, o que nos leva a deduzir que havia uma direção revolucionária que se degenerou. Historicamente, está colocada construir uma direção revolucionária do proletariado, mas não uma 'nova direção'. O PT nunca foi uma direção revolucionária, portanto, o Manifesto começa pelo erro de caracterização do PT.

Certamente, essa nossa precisão poderá parecer uma sutileza ou uma observação pedante. Ocorre que o trotskismo parte da caracterização de que a situação objetiva do capitalismo está mais do que amadurecida para a revolução proletária e que todo problema reside na crise de direção, cuja responsabilidade maior recai sobre os partidos comunistas estalinizados. O estalinismo liquidou a III Internacional e conduziu as revoluções socialistas à restauração capitalista. Antes a social-democracia cumpriu esse papel como reformismo da época impe-

rialista do capitalismo.

O marxismo-leninismo caracterizou o reformismo social-democrata de contra-revolucionário. Por mais que se possa resguardar as particularidades iniciais do PT e de seu desenvolvimento, esse partido em nenhum momento chegou a elaborar um programa revolucionário, portanto, oposto ao reformismo social-democrata e ao revisionismo estalinista contra-revolucionário.

É importante esse ponto de partida para se colocar a construção do partido proletário.

A integração do PT ao capitalismo não ocorreu a partir deste se tornar governo federal. Ao contrário, foi preciso que se adaptasse integralmente à política burguesa para chegar ao poder do Estado. A construção do PT durante duas décadas seguiu o caminho da democracia burguesa e, portanto, esteve sempre adaptado ao Estado capitalista. O que se pode diferenciar é as etapas de desenvolvimento do reformismo pequeno-burguês e, agora, sua fase de adaptação ao imperialismo.

Entendemos que a submissão do PT ao grande capital de forma concreta, governamental, se dá de maneira mais acabada nesse momento. Com isso, fica mais evidente o papel contra-revolucionário do reformismo na época do capital imperialista. Esse fenômeno só faz comprovar a tese marxista-leninista-trotskista sobre o reformismo de nosso tempo.

É claro que essa finalização do PT arrebatada as ilusões reacionárias das esquerdas petistas em um partido do tipo PT, partido eleitoral de massa que supostamente iria transformar o país e abrir caminho ao socia-

lismo.

Uma parcela da militância reformista poderá reconhecer o erro e abraçar a causa do partido revolucionário. Mas essa mudança não virá automaticamente da experiência com o PT. Depende da luta política do marxismo contra as posições pró-imperialistas do governo PT/Lula e contra as correntes esquerdistas que se mostram incapazes de reconhecer que suas posições perante o PT as colocaram fora e contra o programa da revolução e ditadura proletárias.

Fundir-se com algumas dessas correntes ou fração delas sem a devida luta programática fortalecerá o oportunismo e as tendências centristas. O chamado do PSTU a constituir um novo partido não coloca tal perigo.

Essa nossa colocação não objetiva combater a discussão sobre a necessidade do partido revolucionário. Estamos empenhados nessa tarefa. A própria experiência de formação do PSTU, que acompanhamos criticamente, tem nos dado razão. A fusão da antiga Convergência Socialista com agrupamentos que nunca se reivindicaram do trotskismo reforçou o centrismo.

Novamente, estamos diante do mesmo problema de não enfrentar a crise de direção tendo por fundamento o Programa de Transição da IV Internacional. Precisamos superar a crise de direção pondo em pé um poderoso partido marxista-leninista trotskista. Mas essa tarefa implica trabalhar pela assimilação do Programa de Transição e pela reconstrução da IV Internacional.

(Continuaremos a discussão)

## Fortaleza

# Os professores mostram disposição de luta

A greve durou 45 dias. Sobre forte pressão e ameaças de perda de emprego, uma parte dos professores retornou ao trabalho. A direção do sindicato manobrou a assembléia para pôr fim ao movimento.

O resultado foi a conquista de um abono de R\$54,00 de setembro a dezembro para os professores e 3% em janeiro a todos os servidores municipais. Do ponto de vista da reivindicação salarial, pouco se obteve. O importante é verificar que sem a greve não havia negociação e sequer proposta de reajuste. Precisou enfrentar o governo, paralisando as escolas, para que arrancasse essa miserável quantia. O que mostra a política governamental de manter

o violento arrocho salarial sobre o funcionalismo público, para poder cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprir com as metas do plano neoliberal.

A greve, que mostrou enorme disposição de resistência, não foi além do fechamento das escolas. A direção do movimento trabalhou para que a tendência a radicalização do movimento não se impusesse. Houve apenas duas manifestações de rua durante toda a greve. A marcha até a Prefeitura terminou em repressão violenta contra os professores, que sentiram, embora já tardiamente, de que era necessário radicalizar a greve.

A direção do sindicato manobrou e

deu todo tempo do mundo para os vereadores do PT, como Durval Ferral, Francisco Pinheiro, inclusive o Tim Gomes (PMDB) líder do governo Juraci Magalhães na Câmara de Vereadores, ao invés de abrir para a base falar. Em seguida, colocou o fim da greve antes da análise da greve e das propostas.

A Corrente Proletária atuou na greve combatendo a política da direção do sindicato, defendendo a unidade e o método do enfrentamento direto (radicalização da greve com manifestações de rua, ocupações, bloqueios etc).

(Logo mais divulgaremos um folheto sobre a greve)

# A reforma ministerial do governo Lula

Pouco depois de aprovar a reforma da previdência, o governo do PT/Lula anunciou que pretende realizar mudanças na formação do governo. O objetivo é entregar postos importantes da administração ao PMDB, que havia ficado de fora por não ter chegado a um acordo no início do governo. Agora, com os acordos feitos, que colocam o PMDB na base de sustentação do governo, trata-se de compensá-lo com a entrega de ministérios e secretarias, de forma a que esse partido burguês tenha a possibilidade de exercer sua parcela de controle sobre a máquina estatal da burguesia.

É assim mesmo que funciona o Estado capitalista. Os partidos e bandos políticos da burguesia dominam a máquina estatal e a dividem de acordo com a força junto ao poder econômico, expressa nos resultados eleitorais. A democracia burguesa é a forma por excelência de divisão do poder político entre as frações da classe dominante. Por ela, as frações da

classe exploradora exercem o controle sobre o aparato de dominação de classe, e estabelecem parasitismo e fisiologismo sobre as finanças públicas. É a garantia de que a gigantesca máquina estatal só poderá agir em benefício dos exploradores.

O governo do PT/Lula foi constituído assumindo administrar essa máquina em benefício da burguesia, e sob essa condição. Somente assim pôde estabelecer a aliança com os setores do poder econômico, constituir uma campanha eleitoral milionária e formar um governo de unidade das frações burguesas. A ausência do PMDB na formação do ministério foi apenas parte dos jogos fisiológicos próprios da burguesia. O partido blefou julgando que podia conseguir mais do que lhe correspondia diante dos outros constituintes da base governamental. Agora, assumirá seu papel que não pode recusar, enquanto expressão de parcela da burguesia nacional.

A divisão dos cargos de acordo com as necessidades de governabilidade e aprovação de propostas no parlamento é próprio da democracia burguesa e se realiza em todos os governos, também nos outros países capitalistas. Ganhou destaque na imprensa porque tem sido manejada pelo PT que criticava essa prática quando na oposição. Ao assumir o governo e todas as práticas próprias da burguesia, o PT caminha para se constituir em mais um partido da classe dominante. Seu controle sobre as organizações de massa o coloca em posição favorável para implementar as medidas antinacionais e antipopulares que a desintegração do capitalismo exige.

As massas têm de rejeitar esse partido corrompido e avançar para a construção de seu partido revolucionário, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias, e não a ascensão eleitoral.

# A desintegração da educação reflete a barbárie social

Eis o retrato:

1. 30 milhões de brasileiros analfabetos. Milhões de analfabetos funcionais;
2. 54% da população não concluiu o ensino fundamental e 23% sequer concluíram as 4 primeiras séries desse nível;
3. Os recursos para a educação não saíram da casa dos 4% do PIB;
4. Mais da metade dos municípios assumiu o ensino fundamental. Em São Paulo, em 1996 eram 726 mil alunos na rede municipal. Hoje, são 1.935.101 alunos. A rede estadual, nesse nível, encolheu de 5 milhões para 3 milhões de alunos;
5. O Fundef chegou a quantia irrisória de R\$ 37,00 por mês como custo-aluno. As denúncias de corrupção evidenciam que parte do dinheiro do Fundef foi roubado dos cofres públicos;
6. Os salários foram arrochados, direitos trabalhistas, contidos nos Planos de Carreira, foram abolidos e os trabalhadores da educação ficaram à mercê do poder dos prefeitos e da política das oligarquias regionais;

7. A evasão escolar continua alta, particularmente no ensino médio;

8. Em São Paulo, no ano de 1996, eram 8.963 escolas. Hoje, foram reduzidas para 6.055 escolas. As demissões cresceram e as salas de aula superlotaram;

9. 48% dos jovens paulistas de 15 a 17 anos não têm acesso à escola;

10. O piso salarial em nosso Estado ficou reduzido a R\$ 512,00 (PEB-I) e R\$ 640,00 (PEB-II)

## A ofensiva do governo e a falta de ação coletiva

O governo avançou porque não encontrou uma resistência coletiva dos trabalhadores da educação, pais e alunos contra as imposições de corte de recursos públicos à educação. A política de municipalização, que abarca a quase totalidade dos alunos, é o mecanismo para desobrigar o Estado, avançar a privatização e obrigar os pais a contribuírem com a manutenção das escolas. Com

isso, cresceram o trabalho voluntário, as contratações por tempo determinado (Frentes de Trabalho, professores eventuais e da "família da escola") e eliminaram os reajustes salariais e conquistas elementares dos educadores.

Em São Paulo, reduziu-se o número de aulas por dia, algumas disciplinas foram retiradas e impuseram o ensino religioso. Os governos puderam cumprir o compromisso assumido com o FMI de cortar gastos públicos e manter os contratos e acordos de pagamento dos juros da dívida externa.

No governo FHC/Covas/Alckmin, a política da direção da CNTE, CUT e APEOESP (majoritariamente do PT) foi de "oposição propositiva". Ou seja, não se opor ao conjunto da reforma educacional. As mobilizações giraram em torno da pressão parlamentar para "negociar" alguma vantagem para o magistério. Os resultados estão expostos acima.

Agora, no governo PT/Lula/Alckmin, as direções sindicais saíram da condição de "oposição propo-

sitiva" e passaram para o "apoio positivo". Ou seja, apoiar o governo e "negociar" alguma vantagem para os trabalhadores.

Em pouco tempo, os resultados já são claros:

1. O governo aprovou a Reforma da Previdência, que foi um golpe aos servidores públicos;

2. Aprovou a Reforma Tributária, que mantém o peso dos impostos sobre os assalariados;

3. Deu continuidade à reforma educacional de FHC, determinando o valor minguado do Fundef de R\$ 446,00 como custo-aluno;

4. Jogou para debaixo do tapete a corrupção do Fundef e negocia a venda dos serviços educacionais para favorecer o capital estrangeiro (conforme determina as medidas da Alca);

5. Manteve as avaliações externas (Enem etc) e reforça os vestibulares para eliminar boa parte dos estudantes do acesso às universidades.

As direções sindicais estão comprometidas até os ossos com esse governo e com os partidos que dão sustentação à sua governabilidade. Por isso, são incapazes de defender a educação pública, gratuita, laica e científica.

Os trabalhadores da educação devem se colocar contra a política das dire-

ções sindicais para poder de fato se posicionar contra a reforma do Banco Mundial, impostas pelo governo brasileiro.

## Nossa posição

A Corrente Proletária vem discutindo e formulando um programa para a educação no Brasil. Parte das reivindicações elementares de defesa das condições de vida, trabalho e educação e combina com a luta mais geral contra a opressão social e nacional que está submetida a maioria da população explorada.

Tem a compreensão de que a derrota ideológica da burguesia e da burocracia sindical implica formação e, conseqüentemente, na ação. Combate a política governamental, que é neoliberal, e a política de conciliação das direções sindicais, que só tem trazido derrotas para os trabalhadores.

Apresentamos alguns pontos que consideramos fundamentais para a luta contra a reforma do Banco Mundial.

1. Primeiramente, há que defender o emprego a todos e a elevação do salário mínimo.

2. Colocar-se contra a reforma educacional de FHC e a continuidade dela pelo PT/Cristovam Buarque;

3. Defesa de um único sistema de ensino, público, estatal, inteiramente sob o controle dos trabalhadores. Portanto, fim do ensino privado. Fim dos vestibulares e avaliações governamentais, que servem unicamente para eliminar parte dos alunos.

4. Defesa do trabalho a todos os jovens e o acesso em todos os níveis de ensino. Uma jornada de trabalho de 4 horas, um salário que possibilite a manutenção, e o restante do tempo na escola;

5. Fim de todas as reformas neoliberais;

Sabemos que, para alcançar essas reivindicações é necessária a unidade dos trabalhadores para poder enfrentar os governos privatistas. E será por meio do choque de classe que os trabalhadores compreenderão que no capitalismo não há igualdade social, não há emprego para todos, não há salário real, não há possibilidade de acesso a todos em todos os níveis de ensino e não será viável uma escola que de fato esteja vinculada aos interesses dos alunos e da maioria oprimida. Não é possível a "inclusão social". As conquistas virão pela obra dos trabalhadores organizados em torno de um programa e da ação direta coletiva.

## Funcionários da Educação - SP

# Carta da Corrente Proletária na Educação

A questão da corrupção no Sindicato da AFUSE - dos Funcionários da Educação e Servidores do Estado de São Paulo.

A política que a AFUSE tem defendido, nestes últimos anos, é a de conciliação de classe.

Este é o ponto de partida para que possamos analisar o que se passa dentro do sindicato e as suas conseqüências e por último como os trabalhadores podem reverter esta situação.

A corrupção é parte desta política de defender pequenos pontos e submeter as reivindicações dos trabalhadores aos métodos parlamentares. Isto tem se dado desde 1995, porém antes, na sua fundação, a AFUSE não tirou um programa que tivesse como prioritário a luta de classes e apontasse a ação direta

como forma de arrancar dos governantes a suas reivindicações. Este ponto importante de um princípio sindical, que é o de enfrentamento com a classe que nos explora, esteve sempre de fora dos congressos e da política da Diretoria da AFUSE. Porém, não podemos deixar de dizer que a AFUSE tinha, até 1995, um estatuto que dava expressão política às Assembléias Gerais, que elas eram soberanas diante dos outros organismos da classe, porém, como não era parte de um programa classista, se tornou letra morta. Em 1995, o Congresso da AFUSE, com introduções burocráticas, conseguiu eliminar o papel das Assembléias Gerais como forma de debates da classe. Por fim, quem decide a política do Sindicato agora é o Congresso que se realiza de dois em dois anos, por fim as decisões

são tomadas por um grupo menor que é o Conselho Estadual, este define toda a política para os 44 mil trabalhadores em Educação.

A eliminação das tomadas de decisões por parte do conjunto dos trabalhadores, reunido em assembléia geral, acaba de fato por dar margem para a corrupção, agravada pela política de conciliar com o governo, ou seja, de negociar de forma exaustiva as migalhas e não levantar de fato as reivindicações da classe e fazer a sua propaganda generalizada para que todos os trabalhadores saiam da ignorância e se levantem em luta.

## Por que a política determina a Conduta dos Dirigentes Sindicais

Quando os dirigentes sindicais pas-

sam a fazer uma política de boa vizinhança com o governo, as pressões são maiores. Quando eliminam as assembleias gerais os trabalhadores têm menos possibilidade de pressionar os seus dirigentes, por isso a burocratização dos sindicatos tem como primeiro ponto a eliminação dos trabalhadores decidirem reunidos coletivamente. Desta forma, as direções não são obrigadas a se submeter às opiniões dos trabalhadores. Sobra para eles a pressão do governo que é o representante dos interesses da burguesia (patrões). Para saber quem ganha nesta briga, basta ver a situação a que nos encontramos, a política salarial desenvolvida nestes anos todos, sem nenhum aumento e com as nossas reivindicações rebaixadas a ponto do governo poder dar migalhas e serem reconhecidas como vitórias.

Por último, a direção sindical, que não pode mais lutar contra a quebra geral das necessidades dos trabalhadores, tenta mostrar que o que falta para a categoria é ter uma estrutura física.

Por exemplo, em vez de lutar contra a quebra da saúde, em especial do Hospital do Servidor Público, acha mais fácil a contratação de convênios com as empresas de saúde privadas. Este convênio procurará pressionar (Como faz? Dando "presentes", algumas propinas etc) para que estes dirigentes sindicais arrastem mais sócios para eles. Outro exemplo, em vez de lutar por melhores salários para que os funcionários de escola tenham mais opções de laser, preferem gastar o dinheiro construindo as Colônias de Férias (todo sindicato tem uma). As construções destas colônias envolvem empreiteiras, as empreiteiras querem ganhar dinheiro. De onde sai este dinheiro? Do bolso dos sócios. Quem defende então que os sócios tenham uma colônia de férias? As diretorias dos sindicatos. Estas sofrem as pressões das empreiteiras que dão as suas propinas com toda certeza para ter a garantia de que estes dirigentes defenderão com a própria vida à construção das colôni-

as. Estes são alguns exemplos, podemos dar inúmeros deles. Isto acontece porque os trabalhadores não controlam os sindicatos, os interesses dos trabalhadores são secundários diante das administrações que muitas vezes podem até ser competentes para a burguesia.

### **O fato ocorrido em nosso sindicato.**

Em abril, em um Conselho Estadual, houve uma denúncia de uma diretora a Secretária de Legislação. Esta denúncia dizia que o Presidente Reinaldo teria viajado para os Estados Unidos com o dinheiro dos sócios. O Conselho Estadual votou por uma Comissão de Ética, eleita entre os representantes do Conselho, ligados em sua maioria ao grupo do presidente, para averiguar se isto era real. Nesta mesma reunião do Conselho foi votado o afastamento da diretora, alegando que esta não apresentava provas do desvio de dinheiro.

Agora em 20/9/2003, esta diretora voltou ao Conselho Estadual e apresentou um dossiê, onde mostra que houve desvios e questiona como um secretário de escola pode ter acumulado tantos bens com o seu salário de 700,00 reais.

Porém o Conselho Estadual manteve a decisão de suspensão desta diretora.

Esta diretora, já em maio tinha entrado com uma denúncia no Ministério público, contra o enriquecimento do dirigente sindical. Agora com o dossiê foi até a polícia federal e fez uma nova denúncia.

### **Por que esta gente procura a polícia e não os trabalhadores para resolver os problemas?**

Voltamos mais uma vez na questão da linha política do sindicato.

Em primeiro lugar tanto à parte que acusa quanto à parte acusada estão na mesma corrente política: a Articulação. Portanto, aqueles que fizeram a denúncia estavam juntos com o presidente Rei-

naldo até pouco tempo, e no Congresso de 2002, defenderam a política de conciliação de classe sem ter nenhuma dúvida. A consequência vem neste momento, como brigam pelo aparato sindical, não divulgam, não procura discutir com os trabalhadores, mas buscam o apoio da burguesia e de seu aparato policial/judiciário para resolver as questões. Fazem isto porque querem ter e viver também eles apenas com as benesses e status que uma diretoria burocratizada vive.

O outro lado também procura manter seus privilégios, para tanto não negam que a justiça deva apurar os fatos, mas não procuram os trabalhadores nem os colocam a par de todas as contas.

### **O que nós da Corrente Proletária pensamos!**

Já estamos militando há 10 anos na AFUSE, de lá para cá conhecemos todos estes dirigentes, que em grau maior ou menor afastaram os trabalhadores das decisões do sindicato. Quando foram criticados pela oposição revolucionária, de que não organizavam as lutas, de que procuraram arrastar os trabalhadores somente para as pressões ao parlamento, quando rebaixavam as reivindicações, todos estes dirigentes estavam juntos para dizer que os culpados eram os próprios trabalhadores. Por isso que não procuram a classe para fazer as denúncias, pois acham que o trabalhador (este mesmo! que sustenta o sindicato, e boa parte da "boa vida que esta gente vive") não devem dar opinião, não devem averiguar. Nós achamos que a classe é que tem o dever e o direito de fazer toda a averiguação dos fatos, para isto devemos estar reunidos em assembleia geral, formar nesta assembleia uma comissão de base, apenas os trabalhadores que trabalhem nas escolas e que não tenham nenhum envolvimento com nenhuma das partes, que esta comissão deve ter livre acesso às contas do sindicato, e depois apresentar para a assembleia geral e esta votar quais as medidas cabíveis.

**Liberdade aos presos políticos do MST!**

**Fim da medida provisória que põe as ocupações na ilegalidade!**

## MANIFESTO DA CORRENTE PROLETÁRIA

# Nas eleições do DCE-Uern, defenda o programa revolucionário

As eleições do DCE ocorrem em um contexto onde o reformismo petista está no governo federal. Lula (PT), aliado com um setor da burguesia (PL), conseguiu canalizar a insatisfação dos trabalhadores e vencer as eleições presidenciais. Os assalariados votaram por 10 milhões de emprego, reforma agrária e comida. Em 8 meses de governo PT, o desemprego aumentou, os salários caíram, o superávit primário foi aumentado para pagar os juros da dívida externa, atacou a previdência (privatização, taxação dos aposentados etc.), prendeu líderes do MST, persegue outros e fecha os olhos para os bandos armados dos latifundiários que matam sem-terras. Para poderosos e ricos capitalistas, realização imediata de reformas e ações governamentais, para os trabalhadores pobres e famintos é pedida paciência.

Nesse contexto seria importante uma direção do DCE que denunciasse a adaptação burguesa do PT, que trabalhasse a consciência de classe dos estudantes e que apontasse uma alternativa: a aliança

operária estudantil na ação direta contra o Estado e governo burgueses. No entanto, o que vimos? Três chapas comprometidas com a manutenção das idéias burguesas na UERN.

A chapa organizada por estudantes de Caraubas, sem expressão política e participação anterior no movimento estudantil (M.E.), indica seu caráter festivo, folclórico e sem compromisso com a transformação social (Revolução Socialista).

A chapa dois, encabeçada por Eliézio, são os antigos escudeiros do Reitor burguês Walter Fonseca (P.V.). Apoia-dores de sua política, foram defensores da cobrança do ponto contra os professores, estiveram uma vez à frente do DCE e colaboraram com o Reitor ao não organizar a luta estudantil.

A chapa três são dos estudantes que se dizem apertados, defensores de um M.E. corporativista e hostis às organizações revolucionárias. Voltados para o seu próprio umbigo, são contra os partidos políticos porque querem esconder o apoio do membro do PMDB jovem liga-

do intimamente à Sandra Rosado. Quem lutar contra a opressão contando com o apoio da oligarquia opressora. São os melhores defensores da ideologia burguesa porque são ativos combatentes das idéias revolucionárias. Sua defesa da liberdade de expressão restringe-se às ideologias burguesas, exclui os defensores da revolução socialista.

A Corrente Proletária foi impedida de lançar chapa porque as inscrições ocorreram em poucos dias, do fim do semestre passado. O programa revolucionário defende o método da ação direta para derrotar a burocracia universitária e construir o poder estudantil, deste modo, a Aliança Operária Estudantil é fundamental porque uma nova UERN é conseguida quando se conquista uma nova sociedade. Nós somos estudantes revolucionários e, na ausência de uma chapa para o DCE que defenda estas idéias, chamamos o voto NULO em defesa do programa da revolução: O VOTO NULO PROGRAMÁTICO.

Corrente Proletária na Educação – CPE  
Partido Operário Revolucionário - POR

## Mossoró - RN

# Grito dos excluídos: ação direta 9 x 0 policiais

O 9º Grito dos Excluídos (5º no Brasil) contou com a participação do MST, estudantes secundaristas e universitários – com participação marcante do curso de Pedagogia da UERN –, movimento das mulheres, partidos da esquerda oficial, POR, Corrente Proletária, grupo Despertar na Oposição, pastorais e sindicalistas. Foram cerca de 150 pessoas.

A repressão policial mais uma vez tentou evitar a passagem do movimento pelo corredor do desfile, no entanto, foi em vão. As três tentativas dos policiais foram frustradas pela ação direta dos trabalhadores. Mesmo o uso da Cavalaria impediu o avanço dos participantes somente por um instante.

A população ficou solidária com o movimento, indignando-se com a repressão policial, demonstrando isso

através de palmas para os participantes e vaias para os policiais. A Cavalaria que investiu contra a própria população, tentando evitar a passagem dos trabalhadores participantes do Grito, só fez aumentar a indignação popular.

O reformismo petista e estalinista compôs a Comissão de Frente que só servia para tentar conciliar com a polícia – como se através do diálogo os policiais deixassem o movimento avançar – e pousar para fotos. Candidatos a vereador nas eleições próximas atuaram como “bombeiros” da luta de classes. Temerosos da radicalização do movimento, a Comissão de Frente esteve na retaguarda do Grito nos momentos de conflito. Fortalecidos com a posição dos frades religiosos, não desempenharam nenhum

papel importante para os trabalhadores nos momentos de conflito com a polícia.

## A POSIÇÃO DO POR

O Partido Operário Revolucionário (POR), em conjunto com a Corrente Proletária Universitária e o grupo de oposição à direção atual do CA de Pedagogia Despertar, tiveram uma atuação de destaque nos momentos de conflito com a polícia. À frente dos confrontos, a ala revolucionária do Grito, garantiu a transposição dos obstáculos policiais. Além disso, desfilou pelo corredor com as palavras de ordem contra as reformas neoliberais, defesa da reforma agrária e para isso a aliança operária-camponesa e a luta pelo poder político.



## Rondônia

A Corrente Proletária Estudantil de Rondônia divulga sua campanha em defesa das condições de vida da juventude, de trabalho e educação. Aplica o programa da classe operária no seio do movimento estudantil e da juventude. Organiza a luta direta, defende a unidade coletiva e pratica a democracia do movimento social.

A Corrente Proletária chama a juventude e estudantes a se organizarem sob o programa da classe operária, participando das plenárias e das atividades da Corrente.

# Secundaristas e Universitários lutam pela meia passagem

A juventude é o segmento da sociedade que mais sofre as conseqüências do capitalismo em desagregação, porque faltam emprego e escola. Isso no momento da vida em que todas as suas capacidades físicas e mentais estão potencializadas. Quando as estatísticas mostram que o desemprego atinge os jovens de 17 a 18 anos em torno de 13,4% e de 18 a 24 anos chegam a 12,5% (IBGE), é sinal que esses índices podem ser muito mais altos.

Em Rondônia, a situação não é diferente. Passados nove meses do governo PT/Lula, a juventude que depositou suas esperanças nas promessas nos 10 milhões de empregos se vê às voltas com mais desemprego. Além da dificuldade de se obter um emprego, os jovens padecem da falta de estolas. Aqueles que conseguem vagas foram às custas de noites inteiras em filas. Depois, aqueles que arrumam trabalho, geralmente como temporário (eventuais), sem horário fixo, pagando transporte e alimentação, não conseguem conciliar escola e trabalho.

A falta de emprego para juventude de Rondônia é gritante. São 50 mil jovens de 16 a 24 anos desempregados. De 2000 a julho de 2003 foram cadastrados 12 mil jovens apenas em Porto Velho e Ji-Paraná.

O programa Primeiro Emprego é uma falácia, pois, além de não atender todos os jovens, favorece os capitalistas na medida que, durante seis meses, aquelas empresas que contabilizam como lucro anual até 1,2 milhão, receberão do governo federal R\$ 200,00, e, aquelas que contabilizarem mais de 1,2 milhão, receberão R\$100,00 por cada jovem empregado.

## Emprego e escola se defendem com os métodos próprios dos trabalhadores

As reivindicações de emprego e escola possibilitam a unidade da juventude e do conjunto dos trabalhadores. A maioria das direções estudantis, que estão na UNE, UMES, UBES, DCE, CAS e Grêmios secundaristas, tem se aliado aos governos, responsáveis pela política de cortes de gastos públicos e de destruição de postos de trabalho. É preciso defender a independência dos organismos estudantis do Estado e da política neoliberal.

A luta por escola para todos pressupõe a defesa da escola pública em todos os níveis. Em Rondônia, sobretudo, o ensino superior se encontra em acelerado processo de privatização e sem resistência por parte dos professores, alunos e funcionários. Isso porque as direções dos movimentos se encontram nas mãos de conciliadores, que jogam força apenas nas instâncias legalistas e no Parlamento. Esse é o caminho que só favorece a burguesia e os empreendimentos de mercantilização do ensino.

A juventude tem de se colocar pela formação da Corrente Proletária, que tem objetivo a defesa das reivindicações dos jovens e do método próprio dos trabalhadores, que é o da luta de classe. Sem a constituição de uma fração revolucionária no seio da juventude não há como se opor às direções estudantis, que são colaboracionistas.

## Estudantes ocupam a Prefeitura

Estudantes secundaristas e universi-

tários ocuparam a Prefeitura de Porto Velho, no dia 29 de agosto, para reivindicar o retorno da compra de ticket estudantil, que o Sindicato das Empresas de Transporte (SET) havia suspenso. Esse sindicato detém o monopólio e controle de todos os alunos por meio do cadastro de venda.

A diretoria desse sindicato, juntamente com os capitalistas (donos de empresas de transportes) e com a conivência do prefeito Carlos Camurça (PDT) justificaram a suspensão, alegando que os estudantes estão repassando para terceiros. Por isso, obrigam os pais a assinar advertência e cancelam o cadastro de alunos. Chegam ao ponto de dizer que estão tendo prejuízos, porque já fornecem carteira de passe livre para idosos e deficientes. Na verdade, a concessão de passe livre aos idosos e deficientes isenta os donos das empresas de transporte de uma série de impostos.

Os estudantes quando ocuparam a Prefeitura, levantaram várias palavras de ordem contra o governo e os capitalistas. A polícia foi acionada para reprimir o movimento. A diretoria da UMES pedia que os estudantes se "acalmassem". O Secretário dos Transportes, enfurecido, agrediu uma militante da Corrente Proletária, que se colocou ao lado dos estudantes que protestavam.

Os estudantes não se intimidaram com a repressão da COE, que tentava expulsar a militante da Corrente Proletária. A polícia, o prefeito e a Igreja, por meio de um padre da Comissão de Justiça e Paz, se uniram para retirar os estudantes. Enquanto isso, a assessoria do prefeito gritava enfurecida que os estudantes estavam quebrando tudo.

Nesse momentos de conflito é que se

evidencia a política das direções do movimento. Um dos fatos que chamou a atenção foi o momento em que a assessora do prefeito repetia que estava decepcionada com Marcelo, presidente da UMES, deixando implícito que sempre procurou atender seus pedidos, a exemplo das cortesias para distribuir no dia do estudante.

Os estudantes devem reivindicar o direito ao passe livre a todos, sem nenhum obstáculo. Da mesma forma, unir aos trabalhadores desempregados para que estes também tenham o direito ao passe livre.

## **Avança a privatização da Universidade Federal de Rondônia**

O reitor da Universidade Federal de Rondônia foi eleito com o apoio do PT. O governo PT/Lula tem nos mostrado a que veio: dar continuidade aos ditames do FMI, entre eles se encontra a privatização do ensino superior.

O problema é que já se iniciaram as inscrições para o vestibular e, desta vez, unificado com a maior rede privada do ensino superior da capital: a UNIRON e a UNIPEC. A única medida tomada foi recorrer ao Ministério Público, por meio de um documento da ADUNIR. Como se um documento com essa natureza pudesse interromper o projeto de unificação.

Para barrar esse passo de privatização, é preciso grande resistência unificada, sobretudo dos estudantes universitários e secundaristas, professores e funcionários da UNIR.

## **Contra a destruição do ensino superior público em Rondônia**

Na Região Norte, o Estado de Rondônia está entre as lideranças das estatísticas quanto ao ensino superior privatizado. Na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) avança o processo de privatização. A partir de 1992, com a inauguração do Curso e Habilitação de Professores Leigos (PROHACAP) ampliou-se o atendimento ao ensino superior, que hoje conta com 12.347 alunos. Porém, deste total, mais de 7000 são alunos da PROHACAP, o que corresponde dizer que em torno de 60% da capacida-

de de atendimento desta entidade pública já se encontra privatizada. Isso porque esses alunos pagam altas mensalidades para terem direito a tal capacitação, fomentada por diversos convênios firmados entre UNIR e a Fundação Rio Madeira (RIOMAR).

Como se não bastasse, o reitor Enio Glória, sem nenhuma discussão com a comunidade acadêmica, firmou mais um famigerado convênio que aprofunda a privatização do ensino superior. Desta vez foi com a União das Escolas Superiores de Porto Velho (UNIPEC) e Faculdade Interamericana, mantida pela União das Escolas Superiores de Porto Velho (UNIRON), através da Riomar para realizar um vestibular unificado.

## **Estudantes se mobilizam contra o vestibular unificado**

Como resistência a este vestibular unificado, alguns estudantes, juntamente com a Corrente Proletária Estudantil, iniciam um trabalho de mobilização. Porém, contam o grande boicote das lideranças conciliadoras do DCE, CAs e demais entidades da Universidade, que estão majoritariamente nas mãos de reformistas e conciliadores de classe do PCdoB e PT.

Para se ter uma idéia da conduta dessa burocracia, comprometida com a política do PT-Articulação e do Parlamento com os parasitas da capital, basta ver o exemplo do deputado Federal Valverde, que se colocou ao lado da liberação de uma verba do SUS para financiar um Centro de Reabilitação - campo de estágio para os alunos de Psicologia da Faculdade São Lucas, uma das que mais cresce nos últimos anos em Porto Velho.

A Corrente Proletária procurou o DCE para organizar a mobilização dos estudantes, mas a presidência faz vistas grossas à situação. A Associação de Professores (ADUNIR) definiu-se por um documento-denúncia em meio à legalidade no Ministério Público, que não resultou em nada. Os estudantes de medicina e enfermagem, mobilizados e fortalecidos pela CP, professores e a Corrente Proletária ocuparam o auditório do LACEM, onde estava ocorrendo a reunião do Conselho de Saúde. Por meio dessa mobilização, foi possível conquistar o veto quanto a liberação de mais de

9,6 milhões do sistema público de saúde para auxiliar práticas docentes/disciplinas do ensino privado.

Isso comprova que somente por meio da ação direta e da unidade dos trabalhadores e estudantes conseguiremos enfrentar os governos e parlamentares privatistas. O que significa que as entidades e movimento acadêmico na UNIR precisam estar sob a base do programa da classe operária, que é anticapitalista. Um programa que combina as reivindicações imediatas com as de caráter mais geral. Um programa que se apóia inteiramente na luta direta para enfrentar os governos e a burguesia, destruidores do ensino público e gratuito.

## **Manifesto da Corrente Proletária Estudantil em defesa da independência de classe**

Estudantes de vários cursos se mobilizam lançando um manifesto esclarecendo aos estudantes a situação real que se encontrava a atual diretoria, de acordo com o estatuto do DCE. O mandato estava vencido desde o dia 9 de setembro e se mantinha no cargo sem dar sequer uma resposta aos alunos da universidade. Só chamaram uma assembléia no dia 18/9 com representantes dos Centros Acadêmicos (CAs) para prestação de contas, prorrogação do mandato e organização da comissão eleitoral.

Na assembléia, foi aprovada a formação de uma comissão eleitoral e o conselho fiscal, que assumiu temporariamente a diretoria até as eleições.

Essa diretoria, que queria permanecer no cargo, se filiou recentemente à UJS, ligada ao PCdoB. Este, depois de ser desprovido de cargo, usou do gangsterismo para fazer uma varredura na sala do DCE, tirando o HD (disco rígido) do computador, dando fim na chave, retirando o fax e desorganizando todas as estantes dos materiais da entidade, inviabilizando, com isso, a entrega dos pedidos de carteira.

O PCdoB tem a prática política de usar as entidades como corria de transmissão da política governamental e eleitoral. Os métodos gangsteris não fazem parte dos trabalhadores, mas servem a interesses estranhos a classe ope-

rária, camponeses e juventude estudantil.

A Corrente Proletária Estudantil combate tal política e se chama os estudantes a constituir a fração revolucionária na universidade, capaz de levar a política operária para o interior da Universidade.

### **Estudantes devem lutar contra o Provão e outras formas de avaliação governamental**

Desde 1990, o governo federal iniciou a avaliação do ensino em todos os níveis. Criou a Secretaria de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), responsável pelos exames do ensino fundamental. Instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Tais avaliações são mecanismos punitivos e seletivos, que servem para rotular parte da juventude como incapaz de ingressar no ensino superior. Serve também para a manutenção de poucas vagas.

A reivindicação contra o Provão e outras formas de avaliação deve estar unida à luta pelo fim do vestibular e acesso em todos os níveis de ensino a todos os estudantes. Se lutamos pelo direito aos estudos a todos, significa que, ao

concluir o ensino médio, os estudantes têm o livre acesso ao ensino superior.

Todos os jovens que alcançam o desenvolvimento físico e mental estão aptos para o trabalho. Não será o provão que qualifica ou não para o trabalho. O governo cria formas seletivas para criar obstáculos para o acesso à escola e ao trabalho.

O governo PT/Lula vem anunciando o fim do Provão. Porém, prepara outra forma também seletiva envolvendo professores e alunos. Muda de nome, mas mantém a mesma regra: selecionar para impedir o acesso irrestrito a todos os níveis de ensino. Com isso, o governo atinge a maioria dos estudantes, filhos da classe trabalhadora.

### **Pontos da plataforma de luta da Corrente Proletária Estudantil**

A Corrente Proletária Estudantil tem divulgado o folheto "Porque a Juventude tem de ser Socialista" e "Pontos para o programa estudantil secundarista". Trata-se de um conjunto de idéias elaborado a partir de nossas intervenções no movimento estudantil. O objetivo é a construção da Corrente no interior das escolas e das Universidades.

Venha participar das plenárias e da construção dessa fração revolucionária.

**Em Rondônia, estamos fazendo a campanha:**

1) Pelo emprego para todos os jovens, combinando com os estudos. Ou seja, 4 horas na produção e o restante na escola;

2) Que o trabalho seja compatível com as capacidades físicas e mentais dos jovens e os salários também compatíveis com as suas necessidades;

3) Defesa da escola vincula à produção social, a escola científica que eleva as potencialidades físicas e mentais dos jovens;

4) Pelo fim do Provão, ENEM e outras formas governamentais de avaliação dos estudantes;

5) Pelo fim do vestibular;

6) Pelo extinção da rede privada de ensino e estatização sob o controle dos trabalhadores;

7) Pelo fim do projeto privatista de vestibular unificado UNIR, UNIPEC e UNIRON;

8) Pelo passe livre aos estudantes e desempregados;

9) Contra as reformas neoliberais do governo PT/Lula, que são continuidade da política pró-imperialista de FHC;

## **Crise na PUC e resposta proletária**

Mais uma vez, professores, funcionários e estudantes se vêem diante da crise financeira da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A Reitoria publicou documentos com uma série de dados que demonstram déficit impagável. Acompanha-os uma série de medidas que atingem o funcionamento da Universidade. Os trabalhadores da educação questionaram a planilha apresentada pela Reitoria por não ir além de aspectos contábeis, não podendo ser verificados na contabilidade e histórico reais da crise. Em assembléia, rejeitaram o pacote que tem as seguintes conseqüências: atingem os salários, os contratos empregatícios e as condições de trabalho e ensino. Pode-se ver que há uma interligação entre elas. Por isso, o conjunto de medidas não teve como ser desmembrado. As medidas de impacto insignificante para o volume da crise, di-

mensionada pela Reitoria, não poderiam ser motivo de discussão à parte.

O fundamental está no objetivo de reduzir contratos, demitir, conter os salários e eliminar direitos. As medidas denominadas acadêmicas, especialmente as que incidem na quantidade de alunos em sala de aula e na relação professor/aluno, na verdade, expressam razões financeiras. Não têm origem propriamente pedagógica. Convertem-se em problema de qualidade de ensino.

A crise de anos anteriores foi contornada com brutal aumento das mensalidades pagas pelos estudantes. Hoje, o número de inadimplentes indica menor margem para elevação das mensalidades. Há também a resistência estudantil que tende a crescer e se radicalizar, uma vez que a classe média vem ressentindo os efeitos da crise econômica do país e as

ações governamentais.

Foi muito importante a rejeição, pela assembléia dos professores e dos funcionários, do pacote da Reitoria. Expressou a defesa do trabalho e do ensino. Aprovou a proposta de constituir um Fórum de discussão e apresentação de propostas. Foi eleita uma comissão, em assembléia, para apresentar uma proposta de sua concretização.

As lideranças estudantis, por intermédio do CCA, mostraram-se dispostas a trabalhar pela unidade entre os três setores que compõem a Universidade — professores, funcionários e estudantes. Têm havido reuniões para responder unitariamente ao pacote, que também inclui ataque aos estudantes inadimplentes. A bandeira aprovada é de nenhum estudante fora da PUC e direito ao ensino a todos em todos os níveis.

As medidas da Reitoria exigem que as

forças sociais da Universidade se levantem em defesa do trabalho, do ensino e do direito aos estudos. Somente a unidade dos três setores poderá evitar o caminho de maior

mercantilização da Universidade. A colocação do problema do ensino público e do privado deve nortear estrategicamente as discussões e nossas respostas.

Abaixo publicamos a Carta-Aberta das associações de docentes e funcionários e do Conselho de Centros Acadêmicos

## **PARA ENFRENTAR A CRISE DA PUC-SP**

### **CARTA ABERTA**

A Reitoria afirma que a universidade está em crise, apresentando a previsão de um déficit operacional de 17,2 milhões. Desde junho, os salários dos professores vêm sofrendo atrasos. Fato esse que afeta o equilíbrio das relações de trabalho e ameaça o funcionamento da Universidade.

Como solução do desequilíbrio, a Reitoria chamou os órgãos colegiados e associações representativas dos docentes e funcionários (Apropuc e Afapuc) a assumirem um conjunto de medidas que atinge os salários, os contratos de trabalho e as condições de ensino. Se implantadas, representarão um retrocesso em todos os aspectos.

Os protegidos serão os bancos credores que ganham quase 1 milhão por mês em juros, segundo dados da Reitoria. Uma fábula que alimenta o parasitismo financeiro.

As planilhas apresentadas e utilizadas para demonstrar a crise financeira, bem como convocar os trabalhadores da educação a arcarem com perdas salariais e reduções contratuais, não passam de uma peça contábil. O histórico do rombo, suas fontes e extensão não puderam ser verificados por uma auditoria controlada coletivamente pelos três setores que compõem a Universidade. Ficamos a mercê de uma contabilidade que responsabiliza a folha salarial, a relação professor/número de alunos em sala de aula, direitos trabalhistas conquistados pelas associações, alunos inadimplentes, etc.

A saída, portanto, seria a da racionalidade empresarial, típica do ensino mercantilizado. Ou seja, exploração do trabalho e altas mensalidades.

O pacote de medidas é apresentado

como solução pontual para o desequilíbrio. No entanto, sabemos que uma vez assumido o curso do retrocesso de conquistas sociais, no interior de uma Universidade particular, que se distingue justamente das demais pelas conquistas trabalhistas, educacionais e democráticas, alcançadas com movimentos coletivos, o que se pode esperar são novas medidas mercantilistas.

A Reitoria afirma que bastaria o corte de 10% na folha de pagamento e obter o pagamento das mensalidades dos inadimplentes para retomar o controle das contas.

Por si só, tal medida constituiria uma solução traumática para os trabalhadores e estudantes que já não conseguem arcar com o peso das mensalidades. O que parece ser uma resposta puramente emergencial, constitui a abertura de um processo em que se reforçam as características de ensino mercantil.

A tendência é o custo da educação se tornar cada vez mais pesado, recaindo sobre os estudantes e os trabalhadores. É fundamental, portanto, que as forças sociais se contraponham a esse caminho, colocando a contradição entre ensino empresarial e o ensino público e gratuito, laico e científico.

A idéia de que a crise só pode ser enfrentada com cortes contratuais, reajuste das mensalidades acima do reajuste salarial, aumento do número de aluno em sala de aula não devemos aceitar. A defesa do direito ao ensino a todos, em todos os níveis, certamente, pressupõe a defesa do ensino público em contraposição à mercantilização.

A crise da PUC não é um fato isolado. O que expõe a gravidade da situação do ensino universitário, já extremamen-

te elitizado. Justamente o quadro de decomposição mais ampla da educação em todos os níveis deve ser considerado neste embate que se abre na PUC com as medidas que se convertem em retrocesso das condições de trabalho e ensino. É nesse sentido que o Comitê de Mobilização de estudantes, funcionários e professores chama os três setores a discutirem, a se posicionarem e a lutarem contra a via mercantilista de resolver a crise.

Devemos de imediato exigir a abertura das contas da universidade e o perfeito esclarecimento da procedência da dívida. Devemos reforçar que o corpo discente, docente e de funcionários sofrem um ataque de conjunto aos seus direitos com o pacote de medidas, adaptadas ao modelo neoliberal da educação e à crescente elitização do ensino.

É fundamental entender a necessidade de estarmos unidos na luta contra a via de solução empresarial. Também é necessário enfrentar as tentativas de divisão e isolamento dos três segmentos da Universidade para se impor um plano negado pelas assembléias dos trabalhadores da PUC. É necessário e urgente que os três setores dessa universidade se unifiquem nos princípios e na luta contra o ensino mercantil, que tenham como eixo à defesa dos direitos, nenhum aluno fora da PUC e pela Universidade Pública, gratuita e científica.

APROPUC – Associação dos Professores da PUC-SP

AFAPUC – Associação dos Funcionários da PUC-SP

Conselho de Centros Acadêmicos da PUC-SP

**Crise na PUC coloca a questão: estatização sob controle da comunidade ou falência**

# Encontro Operário

## Política operária contra a crise capitalista e a destruição de postos de trabalho

1. A crise estrutural do capitalismo agudiza a contradição inerente ao sistema de exploração do trabalho. As forças produtivas altamente potencializadas se chocam com as relações monopolistas de propriedade e distribuição. O fenômeno da superprodução vem à tona expondo a anarquia do sistema, as disputas entre as potências por mercados e fontes de matérias primas e ampliando a opressão nacional sobre a maioria dos países semicoloniais. Os efeitos da crise se espalham por todas as nações, atingindo violentamente aquelas mais submetidas à política do capital financeiro. A lei do desenvolvimento desigual e combinado, também constitutiva do capitalismo, reforça a distância entre os países imperialistas (opressores) e os semicoloniais (oprimidos). O que resulta na existência de um pequeno número de países imperialistas (exportadores de capital) e a grande maioria de nações semicoloniais (importadoras de capital). Diante do alcance da crise, as potências intensificam o intervencionismo econômico e militar. As diretrizes do Consenso de Washington (1989), que resultaram nas medidas neoliberais às nações semicoloniais, a restauração capitalista sobre as economias estatizadas e o avanço militar dos Estados Unidos sobre o Oriente Médio, Ásia e América Latina expressam a crise estrutural do capitalismo.

2. Com a agudização da crise, o capital financeiro internacional impôs aos governos brasileiros, a partir da década de 90, os planos neoliberais. O objetivo central está justamente na criação de mecanismos para que o Brasil possa continuar com os acordos de pagamento das dívidas interna e externa. Não por acaso, a maioria das estatais foi privatizada, ampliou a penetração do capital estrangeiro por meio da abertura do mercado, fortaleceu o parasitismo financeiro, fortaleceu a política de arrocho salarial e reduziu os gastos públicos dos serviços essenciais, saúde, educação, previdência etc. As multinacionais exigiram e exigem mais garantias do Estado e impõem as regras na relação capital/trabalho. Os resultados da aplicação desses planos foram drásticos para o país e para a maioria da população. O país se tornou mais vulnerável às pressões do FMI, menos "competitivo" no mercado mundial e mais débil na sua soberania. Ampliou a concentração de riqueza nas mãos de uma pequena camada e a miséria para a maioria da população. Os desequilíbrios regionais, que hoje se manifestam na imposição da Reforma Tributária, se inten-

sificaram com os choques de interesses entre as frações da burguesia em torno de vantagens econômicas e políticas.

3. Um dos brutais efeitos da orientação política neoliberal recaiu sobre as massas oprimidas. Trata-se da destruição de postos de trabalho. A década de 90 foi responsável pela eliminação de 4,3 milhões de postos de trabalho formais. Estes ficaram reduzidos a 22,5 milhões, para uma população economicamente ativa de 75 milhões de brasileiros. Somente o setor industrial pôs fim a 1,5 milhão de postos. Agrava a situação com a entrada de mais de um milhão de jovens por ano no mercado e com a permanência de aposentados. O resultado foi que após 10 anos de aplicação do neoliberalismo, o Brasil passou a ter 38,9 milhões de trabalhadores informais. Nas capitais, como São Paulo, o desemprego ultrapassou os 20% da população apta para o trabalho. O trabalho informal registrou altos índices na região metropolitana paulista. O desemprego crescente revela a estagnação da economia brasileira, chegando a situações de recessão.

4. As mudanças nas relações trabalhistas atingiram tanto os setores privados quanto os serviços públicos. No caso privado, quase todos os ramos, embora de forma desigual, foram afetados com a perda de direitos. A pressão das multinacionais aos sindicatos e os acordos de flexibilização do trabalho estiveram presentes nas negociações empresa/dirigentes sindicais. A adaptação da burocracia sindical às medidas neoliberais, com a ilusão de que se tratava e se trata de preservar os empregos, se mostrou capituladora com a aceitação das Câmaras Setoriais das montadoras. O resultado foi desastroso para a classe operária. As empresas aumentaram mais de 50% os seus lucros, entre 1992-1994, conseguiram redução do IPI e demitiram. De 1989 a 1995 foram demitidos 13,19% dos trabalhadores das montadoras e 26,29% dos metalúrgicos do ABC. O sindicalismo propositivo, já defendido na época, não fez senão abrir as portas para a extinção de conquistas, obtidas na dura luta grevista.

5. Os acordos de terceirização iniciaram nas montadoras. Hoje faz parte de quase todos os setores, inclusive dos serviços públicos. A terceirização é o mecanismo para reduzir os custos da produção e eliminar contratos formais. A terceirização precariza a relação trabalhista e facilita o aumento da taxa de exploração. A proliferação das coo-

perativas de trabalho também é consequência do desemprego. Com o nome de "economia solidária", o projeto "cooperativista" tem sido defendido pelos dirigentes sindicais. É uma fórmula, segundo a burocracia sindical, de criar emprego, renda alternativa e se contrapor à concepção neoliberal. Trata-se de uma forma de agrupar indivíduos desempregados para garantir a subsistência. Entre essas experiências "solidárias", as cooperativas de trabalho são as que mais se expandem. Atuam como subcontratada das empresas. As cooperativas se mascaram com a ilusão de que se trata de uma nova forma de gestão coletiva contrária a capitalista e favorável aos trabalhadores. Na realidade, é uma forma de trabalho cooperado com baixa remuneração e sem proteção de direitos trabalhistas. Todas estão regidas pela lei de exploração do trabalho.

6. Programa de Demissão Voluntária (PDV), surgiu em 1982, época em que Jair Meneguelli dirigia o Sindicato Metalúrgico do ABC, que dizia: "Tentávamos de tudo para evitar demissões, fazíamos greve. Quando não tinha outra alternativa, fazíamos uma lista de voluntariado porque sempre tem alguém que ser mandado embora da empresa". O PDV, conhecido como pacote de demissão com "prêmios", passou a ser negociado entre a burocracia sindical e os patrões. Estes diziam que o PDV se constituía em uma "função social da empresa". Na verdade, o PDV faz parte da estratégia patronal para impor as demissões. Também foi estendido ao funcionalismo.

7. A ofensiva de destruição de postos de trabalho nas multinacionais expressa plenamente a decomposição do capitalismo. As montadoras automobilísticas evidenciam sem atenuantes o conflito mais geral das forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações de produção. A crise de superprodução neste ramo é generalizada. Não diz respeito a esta ou aquela filial, mas a um fenômeno mundial. Por mais que os governos as protejam, com isenções, redução de impostos, empréstimos subsidiados etc, as montadoras não têm como escapar da crise de superprodução e queda na taxa de lucratividade. O lugar que ocupa as multinacionais no interior das economias semicoloniais, como a do Brasil, faz delas um canal de pressão da crise mundial que deságua nessas economias de forma desintegradora. Se a penetração do capital imperialista nas semicolônias serve num

determinado momento para alimentar as forças produtivas internas em seguida se converte no oposto. Isso porque drena riquezas nacionais e, nos momentos de crise, se protege exigindo maiores benefícios do governo e destruindo massivamente postos de trabalho. Não só resguarda o direito de demitir em grande escala, transferir suas fábricas, fechar setores, como exige adaptação das leis trabalhistas e sociais às necessidades de ampliação da taxa de exploração. As reformas Trabalhista/Sindical vêm como imposição da estratégia internacional do grande capital de proteger-se da crise.

8. Tanto o governo federal quanto os estaduais não têm capacidade para limitar o poder econômico do grande capital. As demissões em massa denunciam a barbárie capitalista e ampliam a crise social. Para os governantes, não é nada positivo situação em que se coloca conflitos generalizados entre capital e trabalho. O proletariado tende a se chocar com o Estado e, portanto, com os governos, uma vez que estes se vêem pressionados a defender os interesses da classe capitalista. Mostram-se tão submissos ao poder econômico das multinacionais, que não podem agir contrariamente às decisões de suas matrizes de demitir e destruir conquistas trabalhistas. Os grupos mais poderosos chegam ao ponto de usar o desemprego como meio de chantagem o governo e conseguir favores do Estado. Acirram a guerra fiscal, transferindo fábricas de um lado para outro, mostra que têm total liberdade para explorar as fraquezas da economia nacional, a debilidade da política governamental e a escassa organização do proletariado.

9. O poder das multinacionais não seria tão vasto se não contassem com a atuação política e social das direções sindicais para contornar a revolta da classe operária, canalizá-la para soluções que aumentam a taxa de exploração sobre o conjunto dos assalariados e mutilam uma parte da força de trabalho pelo desemprego. Não há como o grande capital expressar crises tão brutais sem estimular a luta de classes. Medidas tão violentas de demissão em massa e destruição de conquistas trabalhistas elementares trazem à tona o antagonismo entre o capital e o trabalho.

10. A burocracia sindical atua para que esse antagonismo se converta em acordos favoráveis aos planos capitalistas. Usam a força do aparato sindical para dividir os operários entre os que ficarão com o emprego e aqueles que o perderão. O raciocínio de que é melhor conservar o emprego da maior parcela e permitir a demissão da menor parcela está no fundo da colaboração de classe e dos acordos assinados, como os das montadoras. Aceita-se mecanismos como o da “de-

missão voluntária” e assina-se acordos de redução salarial, terceirização, suspensão temporária etc. seguido de demissões. Diante das tendências de luta e do surgimento de uma vanguarda oposicionista ao peleguismo, as direções corrompidas pelo capital usam de todos os meios para sufocar as manifestações independentes no interior das fábricas e no conjunto do movimento operário. Uma marca essencial para impor o colaboracionismo é a eliminação da liberdade de expressão e militância sindical. Ou seja, maior redução possível da democracia operária. Impede que os oposicionistas defendam seus pontos de vista e propostas nas assembleias, reuniões, congressos etc. Criam organismos nas fábricas, como o consentimento patronal, para no seu interior ter uma rede de apoio de burocratas, que usam dessa posição política para estar bem com os patrões e garantir sua estabilidade no emprego. Esse aparato é movimentado a favor dos acordos antioperários a cada situação de agudização da crise.

11. A burocracia vai tão longe no colaboracionismo que convence os trabalhadores de que é dever do sindicato e da classe operária unir-se ao patronato para obter vantagens do governo para as multinacionais. Exemplo disso são as pressões para reduzir impostos, subsidiar o capital e projetos do tipo “renovação de frota”. Juntamente com o patronato e o governo, a burocracia estimula e participa de fóruns econômicos, campanhas, conselhos fiscais etc. Essa casta colaboracionista estende seus tentáculos para o interior do Estado, cultiva aproximação amistosa com as diretorias das multinacionais, organiza-se internacionalmente com o sindicalismo pró-imperialista e conserva o aparato sindical imune ao controle das bases.

12. O poder das multinacionais e do conjunto do grande capital mostra o tamanho da tarefa que é a de defender a integridade física e moral da maioria explorada em contraposição à desintegração do capitalismo e a superexploração. Só uma política revolucionária pode dar conta dela. Revolucionária porque levanta um programa do proletariado contra o grande capital, o Estado e o governo, apóia-se na defesa das reivindicações mais elementares, direciona-se a destruir o sistema capitalista de exploração por meio da luta de classes. Ao contrário da colaboração, a política genuinamente proletária contrapõe as massas exploradas aos exploradores. Os momentos em que a classe capitalista se vê obrigada a atacar abertamente os empregos e os salários são os mais favoráveis para os trabalhadores vivenciarem a experiência com o colaboracionismo da burocracia traidora e a atuação das direções revolucionárias, que se constroem no seio da luta. É com a im-

plantação e o desenvolvimento da política proletária no interior dos movimentos sociais, das fábricas, bairros, escolas etc que a maioria despolitizada, iludida e controlada pela política pró-patronal, que os trabalhadores construirão direções fiéis e resistentes, apoiadas no programa e no método da luta de classes.

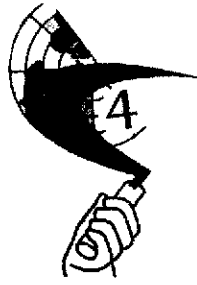
13. A tarefa de libertar os sindicatos e o movimento operário das direções que compactuam com as multinacionais e o Estado é parte dos objetivos revolucionários. O caminho para isso é defender a todo custo o programa dos explorados em contraposição à cada medida que os capitalistas e o governo lançam contra os trabalhadores. Reivindicações como emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho, defesa do salários, escala móvel de reajuste salarial, salário mínimo real, controle geral da produção pela classe operária, terra aos camponeses, nada de acordos malditos, fim das reformas neoliberais e combate à opressão imperialista devem ser colocadas em prática de acordo com a situação concreta criada pela crise capitalista e pelas medidas patronais e governamentais.

14. É fundamental que a tática e a estratégia da política proletária estejam sempre unidas e presentes em cada embate. A luta por um governo operário e camponês, pela ditadura do proletariado, tem de ser trabalhadas constantemente a partir das manifestações e das reivindicações por mais elementares que sejam. A política que separa as reivindicações elementares da estratégia da revolução proletária, não importando com que argumento seja, leva ao reformismo e ao oportunismo social-democrata. Acaba por se sujeitar ao estreito sindicalismo e ao economicismo. Termina como política burocrática-sindical. Também não se pode fazer da estratégia uma bandeira desvinculada das lutas concretas, que são o ponto de partida por onde o proletariado vai superando as amarras das direções corrompidas e compreendendo a necessidade das transformações históricas. É na justa relação entre a plataforma de reivindicações elementares e as tarefas de destruição do capitalismo, que tem por essência a expropriação do grande capital e sua transformação em propriedade social (socialista), é na correspondência e interdependência da tática (meios de luta) e a estratégia (tomada do poder), que se constitui a política revolucionária. Trabalhar com essa política no seio dos explorados é construindo o partido-programa. É o partido revolucionário que permite a ação transformadora do proletariado e o combate a toda variante de política burguesa e pequeno-burguesa. Não há política revolucionária sem o partido revolucionário do proletariado.

**Nesta edição:**

- Obras Completas de Guillermo Lora
- Para que serve a ONU?
- O Trabalho Fundamental dos Partidos que Formam a IV Internacional

**Artigos do Cerqui  
Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



**Obras Completas de Guillermo Lora**

O monumental trabalho de compilação e impressão, nas condições mais difíceis, de artigos, documentos, teses, livros e folhetos produzidos durante cerca de 50 anos de luta pela construção do partido-programa se justifica fundamentalmente pela presença atuante do trotskismo na Bolívia.

Nas Obras Completas está contido o programa da revolução proletária à luz de nossos dias e a história do POR boliviano. Todo militante consciente está obrigado a estudar e assimilar criticamente os ensinamentos do POR, assim como fazemos com os escritos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e outros revolucionários.

Os críticos do POR, pelo menos aqui no Brasil, se dizem marxistas, mas primam pela ignorância. Falam sem conhecer as reais posições do POR. Rejeitam estudar os escritos de Lora, tão necessários para os críticos fundamentarem suas críticas outdesfazem-se dos preconceitos divulgados pelo pablismo. Mas, sem dúvida, não se pode convencer os ignorantes sectários. Estes se alimentam da confusão para propagar as falácias, como o de nacionalismo do POR, de ultrasquerdismo etc.

Referimo-nos a tais adversários apenas para mostrar que têm uma fonte cristalina para se convencerem de que seus ataques ao POR não se sustentam. Mas o fundamental diz respeito à necessidade da vanguarda consciente, marxista, estudar os escritos do POR, forjados na mais aguda luta de classes.

A seguir damos continuidade discussão sobre a frente iniciada no jornal Passado

**O que é a Frente Única Antiimperialista**

Muitos sustentam que, na realidade existem dois tipos de frente: a antiimperialista, que seria a contraída pelo partido do proletariado com a nação oprimida e a frente que pode ser feita do POR com outro partido político, por exemplo.

Erro desta fórmula consiste em que ela ignora que a frente antiimperialista é a referência mestra, o marco que define os passos, as medidas, as aproximações ou afastamen-

tos entre os protagonistas políticos num país atrasado como a Bolívia.

Todo acordo político – entre partido ou em uma frente ampla – é parte, pequena ou grande, da batalha que trava o Partido Operário Revolucionário buscando a unidade da nação oprimida ao redor da política revolucionária do proletariado (revolução social e ditadura proletária). Esta é a tática indispensável para que a luta dos explorados e oprimidos desemboque na revolução social e na ditadura do proletariado, o que supõem que esta classe social – revolucionária por excelência – encarna a luta e os objetivos da nação oprimida pelo imperialismo.

A assinatura de acordos entre o POR e outro ou outros partidos, à margem das características diferenciais da frente antiimperialista, seria uma violação à luta empenhada em pôr em pé esta aliança frentista.

Devemos reafirmar que em alguns setores (sindicatos, universidades etc.) e com muita frequência, alguns revisionistas que abusivamente manuseiam o nome do trotskismo, não tem dúvidas em formar blocos e frentes com correntes políticas pondo de lado a estratégia do proletariado, que é a espinha dorsal do programa do POR. Inclusive a casos nos quais estes indivíduos atuam à margem de toda consideração programática.

Isto é inaceitável, pois por este caminho acabamos dando as costas para o marxismo-leninismo-trotskista, que, como demonstra a experiência histórica, é a essência da frente antiimperialista e da luta revolucionária. Esta política de rebelião contra a política geral do partido trotskista constitui uma traição ao programa porista, à própria revolução, pois constitui um obstáculo para a formação da frente antiimperialista.

Existem outras duas objeções à tática da frente antiimperialista que estamos obrigados a responder:

1) Uma deformação do programa marxista para os países atrasados (com pouco desenvolvimento capitalista e subjugado pelo imperialismo) consiste em considerar

que as tarefas democráticas ou burguesas já foram cumpridas, apesar de que não se realizou a revolução burguesa.

Daqui tiram que a tática adequada é a frente única proletária, o que permitiria concluir que o proletariado é a classe majoritária e que a burguesia, que em seu momento foi revolucionária, se esgotou ou está se esgotando.

Às vezes repetem mecanicamente a consigna de frente única proletária, porque não entendem todo seu significado ou porque a copiam da propaganda realizadas em outros países capitalistas muito desenvolvidos.

Se for aplicada devidamente e consequentemente a frente única proletária num país atrasado, a consequência será o isolamento da minoria proletária da maioria nacional oprimida; ou seja, que se levantará um muro inquebrantável no caminho da revolução social num país capitalista atrasado.

Este desvio, que sempre se repete, é mecanicista e vem da suposição de que o proletariado revolucionário não deve atuar em bloco com outras classes sociais oprimidas, que o máximo que podem fazer é rebelarem-se contra a ordem social imperante, por esta ser insuportável.

2) Os trotskistas que redataram as “Teses de Pulacayo” (tese adotada pelos mineiros em 1946 que foi aprovada como documento básico da COB dos primeiros tempos) lançaram equivocadamente a consigna de frente proletária, apesar de que na prática materializavam núcleos que correspondiam à frente antiimperialista.

Este equívoco — que certamente trouxe mal-entendidos e obstáculos às atividades diárias — foi a consequência de uma formação mal feita neste campo.

Os poristas se autocriticaram e retificaram sua política frentista, inclusive antes de serem criticados por outras correntes políticas.

(extraído do Texto “Considerações Sobre a Política Frentista” de setembro de 1996, incluído nas Obras Completas de Guillermo Lora nº 64)

## Para que serve a ONU?

A Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução contra a tentativa do governo de Israel de expulsar do país o líder da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. A resolução aprova inclusive o envio de tropas da ONU para efetivar essa resolução. Logo a seguir, os Estados Unidos a vetaram, sob o argumento que Israel tem o direito de se defender dos atentados terroristas promovidos pelos palestinos. Em resumo, a resolução aprovada pela ONU não tem nenhuma serventia prática.

Mostra, porém, que essa organização é apenas um marionete dos Estados Unidos. Quando interessa ao imperialismo ianque, suas resoluções servem para fundamentar sua ofensiva bélica e econômica. Quando se aprovam resoluções contrárias aos interesses ianques, então

não servem para nada. Isso já aconteceu no caso do Iraque. E acontece novamente.

A polêmica interimperialista ao redor da ocupação do Iraque está hoje em quem deve exercer o controle político do país e dirigir as tropas. Os EUA têm sofrido desgaste com as sucessivas mortes de soldados, atacados diariamente pela resistência nativa. Reivindicam que a ONU participe do que chamam de reconstrução do país. A ONU condiciona a sua participação ao controle militar e político. Por trás dessa discussão estão as potências imperialistas: os EUA, atual ocupante, pretende manter o controle sobre as reservas e produção petrolífera do país; a ONU serve de máscara para França e Alemanha, que buscam tal

controle para si. As multinacionais francesas eram as principais exploradoras de petróleo no país. A ocupação ianque tende a passar esse controle para os EUA.

A ONU é o palco onde se dá essa disputa. O apoio do governo do PT/Lula a que a solução da ocupação do Iraque e de outros conflitos, como o palestino/israelense, sejam feitos pela ONU é de fato seu apoio às pretensões européias contra as norte-americanas, ou seja, uma posição de submissão e de apoio à opressão de outras nações.

A posição proletária é da defesa da real autodeterminação, que inclui o direito de se armar e de expulsar os ocupantes opressores em qualquer parte. E se traduz na luta antiimperialista e anticapitalista no próprio país.

### Internacional

## ● Trabalho Fundamental dos Partidos que Formam a IV Internacional

Os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, membros da IV Internacional, são a expressão da consciência de classe do proletariado, ou seja, de sua política. Todos os militantes da Quarta, incluindo os de origem não operária, tem que se fundir com a ideologia proletária.

O proletariado, por seus objetivos e sua própria natureza é uma classe social internacional, mas as particularidades nacionais (quer sejam países capitalistas atrasados de economia combinada ou metrópoles imperialistas, tem diferentes desenvolvimentos culturais, principalmente tratando-se de política) refletem-se de formas diferentes na classe operária dos diversos países.

O salto qualitativo, a revolução social, na sociedade capitalista, só pode ser dirigido pelo proletariado, que necessariamente será internacional. Sem dúvida, começará como um fenômeno nacional, antecipando-se no país ou nos países no qual o proletariado como partido alcançou um alto nível e para que desemboque no comunismo avançará apoiando-se no internacionalismo proletário.

### ● Papel do Partido

A IV Internacional é o Partido Mundial da Revolução Socialista, cujo Programa de Transição é a expressão do objetivo estratégico da revolução social em nossa época (de decadência do capitalismo mundial, ou seja, da revolução e ditaduras proletárias).

Podemos dizer que o programa da IV Internacional é a expressão das leis gerais da revolução mundial chamada a sepultar o capitalismo.

Nenhum revolucionário pode ignorar que estas leis, que atuam por cima das fronteiras nacionais, são concretizadas a partir das particularidades de cada país, ao refratar-se na realidade econômica e social deste.

### ● Trabalho Nacional

Cada Partido integrante da IV Internacional tem necessariamente que assinalar como se materializará a finalidade estratégica do marxismo-leninismo-trotskismo, conforme as particularidades nacionais. Isto é o programa de cada país.

A revolução social não é uma repetição mecânica do que ocorre em outros lugares, é um fenômeno particular, determinado pelas características nacionais.

Um exemplo é a Bolívia, um país atrasado, com um proletariado diminuto, mas politicamente muito evoluído. Aqui a Revolução será protagonizada pela maioria nacional oprimida pelo imperialismo e dirigida pela política da classe operária.

Suas tarefas não são as mesmas que as das potências imperialistas. A tarefa do POR é assinalar o caminho para que as tarefas democráticas se transformem em tarefas comunistas

(extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1870 de 12/09/2003)